

# SOBRE A SINCATEGOREMATICIDADE ADJETIVAL<sup>1</sup>

Sérgio Menuzzi - UNICAMP

## 0. Introdução

Neste trabalho, eu pretendo apresentar um argumento contra a distinção entre adjetivos categorêmaticos e sincategoremáticos (ACs e ASs). O ponto fundamental do argumento é o seguinte: não existe generalização alguma por trás do "comportamento sincategoremático" que supostamente se verifica em certos tipos de padrões de inferência. Dessa observação fundamental conclui-se que, se a distinção entre ACs e ASs -- bem como a hipotética noção subjacente de "categorêmaticidade/sincategorematicidade" -- se baseia em tais padrões de inferência, então ela não expressa uma distinção real.

O argumento segue os seguintes passos: na seção 1, eu apresento rapidamente o tipo de fenômeno usualmente atribuído à distinção entre ACs e ASs e alguns dos padrões de inferência geralmente adotados na identificação de tais tipos de ocorrências adjetivais; na seção 2, eu mostro que o comportamento de alguns adjetivos não é uniforme quanto aos padrões de inferência adotados, o que sugere que eles não captam generalização alguma; na seção 3, eu procuro mostrar, de modo bastante informal, fontes plausíveis para o comportamento dos adjetivos em relação àqueles padrões de inferência, fontes que, se adequadas, mostram claramente que tais adjetivos possuem o comportamento que possuem por razões completamente diversas; a seção 4 conclui com um resumo e algumas considerações mais positivas acerca do tratamento da semântica e da sintaxe adjetival.

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão de um argumento que desenvolvi contra certo tipo de tratamento da semântica dos adjetivos no primeiro capítulo de minha tese de mestrado. Para uma teoria que procura formalizar algumas das idéias positivas das seções 3 e 4 do presente trabalho, ver o capítulo 2 de minha tese.

## 1. Adjetivos Categoremáticos (ACs) e Sincategoremáticos (ASs)

A distinção entre ACs e ASs é um dos fenômenos mais conhecidos e analisados na tradição da semântica lógica.<sup>2</sup> ACs típicos, por exemplo, são os adjetivos que atribuem cores, como *roxo*: tais adjetivos funcionam como predicados extensionais de um argumento, ou unários, tanto em posição de núcleo de um predicado nominal, cf. (1), quanto em posição de modificadores de um nome comum, cf. (2):

(1) a. Uma gravata é roxa

b. Ex [gravata (x)]: [roxo (x)]

(2) a. Fernando possui uma gravata roxa

b. Ex [gravata] (x) & roxo (x): [possui (Fernando, x)]

As sentenças em (a) têm suas condições de verdade representadas pelas "formas lógicas" em (b), em que o adjetivo *roxo* é interpretado como um predicado extensional unário: (1b) significa algo como (3a), e (2b) algo como (3b):

(3) a. Existe uma coisa que é uma gravata e esta coisa é roxa.

b. Existe uma coisa que é uma gravata e é roxa, e esta coisa é tal que Fernando a possui

É fácil perceber que as sentenças em (3a,b) são paráfrases adequadas de (1a) e (2a), respectivamente, o que mostra que é possível tratar a semântica de adjetivos como *roxo* tomando-os como predicados extensionais unários. Um "adjetivo categoremático" (AC) é justamente uma ocorrência adjetival que pode ser tratada semanticamente dessa maneira.

Um "adjetivo sincategoremático", ao contrário, é aquela ocorrência adjetival que não pode ser tratada semanticamente como um predicado extensional unário. Por exemplo, um AS típico é o adjetivo *suposto*: sua ocorrência como núcleo isolado<sup>3</sup> de um predicado nominal é inaceitável em (4a), em contraste com (1a), o que mostra que não há uma "forma lógica" como (4b), análoga a (1b), para *suposto*; além disso, se tomarmos sua ocorrência em (5a), análoga à de *roxo* em (2a)<sup>4</sup>, como um predicado extensional unário, obtemos a "forma lógica" em (5b):

<sup>2</sup> Para referências, ver Borges (1991) e Ludlow (1989).

<sup>3</sup> I.é., sem constituintes que o acompanhem.

<sup>4</sup> Há, evidentemente, uma diferença importante entre as ocorrências de *roxo* em (2a) e de *suposto* em (4b): ocupam posições diferentes com relação ao nome que modificam e, o que é mais importante, a troca de posição afeta a aceitabilidade da sentença, cf.

(i) ?\* Fernando possui uma roxa gravata

(ii) \* A Globo promove um estadista suposto

Embora esta diferença seja semanticamente importante, ela não é essencial à presente discussão. Por isso, ignorem, daqui por diante, considerações sobre a ordem linear dos adjetivos dentro do NP.

(4) a. \* Um estadista é suposto.

b. \* Ex [estadista (x)]: [suposto (x)]

(5) a. A Globo promove um suposto estadista.

b. Ex [estadista (x) & suposto (x)]: [promove (Globo, x)]

Tal como acontece com a forma lógica em (2b), (5) significa algo como (6), que não é uma paráfrase adequada de (4b):

(6) \* Existe um indivíduo que é um estadista e é suposto, e este indivíduo é tal que a Globo o promove.

Note que a sentença em (6) não apenas não serve de paráfrase para (5a), como também é inaceitável pela mesma razão que (4a) o é: *suposto* ocorre novamente em posição de núcleo do predicado nominal, i.é., isolado sintaticamente do nome comum que modifica em (5a). Uma paráfrase adequada para (5a) é talvez (7), em que *suposto* não ocorre isolado sintaticamente:

(7) Existe um indivíduo que é suposto (por alguém) ser um estadista, e este indivíduo é tal que a Globo o promove.

O que (4)-(7) sugerem é que *suposto* só pode ser adequadamente tratado, tanto do ponto de vista semântico quanto sintático, como um elemento que depende do constituinte que o acompanha. Assim, ele não pode nem ocorrer sintaticamente como um núcleo de predicado nominal isolado de algum constituinte, nem pode ser tomado como um predicado extensional unário, independente do constituinte que o acompanha<sup>5</sup>. É, supostamente, esta última propriedade que caracteriza semanticamente os ASs: são sempre "funções semânticas dependentes" de algum constituinte e, portanto, não podem funcionar como predicados extensionais unários.

Esta caracterização deveria permitir a formulação de alguns testes de inferência que identificassem as ocorrências "categoremáticas" dos adjetivos, já as propriedades inferenciais dos predicados extensionais em geral podem ser precisamente definidas. De fato, Borges (1991) sugeriu os testes em (8) como critérios para a averiguação da "categorematicidade" das ocorrências adjetivais<sup>6</sup>:

(8) a. *Teste da Dedução da Conjunção (TC)*

Se a inferência "Se NP<sub>1</sub> é [NP<sub>j</sub> um N A], então NP<sub>1</sub> é [NP<sub>k</sub> um N] e é A" é válida, então a ocorrência de A no NP<sub>j</sub> é categoremática.

b. *Teste da Dedução da Predicação do Hiperônimo (TH)*

Se a inferência "Se NP<sub>1</sub> é [NP<sub>j</sub> um N<sub>j</sub> A] e, se todo o N<sub>j</sub> é um N<sub>k</sub>, então NP<sub>1</sub> é [NP<sub>k</sub> um N<sub>k</sub> A]" é válida, então a ocorrência de A no NP<sub>j</sub> é categoremática.

c. *Teste da Transferibilidade (TT)*

<sup>5</sup> I.é., que não é um argumento do constituinte que acompanha, nem o toma como argumento: esse é o caso de *roxo* em (1a) - (2a), cf. as formas lógicas em (1a) - (2b).

<sup>6</sup> Na verdade, a formulação dos textos não é tão detalhada e, por isso, nem sempre clara. Portanto, os textos em (8) procuram captar o "espírito" dos textos de Borges. A validade lógica das inferências (8) seguem naturalmente das propriedades lógicas da conjunção de predicados extensionais unários: do mesmo modo, a não-validade lógica das mesmas inferências, quando A é um adjetivo sincategoremático, segue do caráter de "função dependente" destes adjetivos: ver Borges (1991).

Se a inferência "Se NP<sub>1</sub> é um N e é A, então NP<sub>1</sub> é [NP<sub>1</sub> um N A]" é válida, então a ocorrência de A no NP<sub>1</sub> é categorêmica.

Os testes em (8) de fato mostram que *roxo* é um AC típico -- ele "passa" em todos os testes --, e que *suposto* é um AS típico -- ele não "passa" em nenhum dos testes, como se vê em (9) e (10) abaixo, respectivamente:

- (9) a. TC: Se a gravata de Fernando é uma gravata roxa, então ela é uma gravata e é roxa  
b. TH: Se a gravata de Fernando é uma gravata roxa e se toda a gravata é uma roupa íntima, então a gravata de Fernando é uma roupa íntima roxa  
c. TT: Se a gravata de Fernando é uma roupa íntima e é roxa, então ela é uma roupa íntima roxa
- (10) a. TC: \*# Se Fernando é um suposto estadista, então # Fernando é um estadista e \*# é suposto  
b. TH: # Se Fernando é um suposto estadista e todo o estadista é um político, então # Fernando é um suposto político  
c. TT: \*# Se Fernando é um político e \* é suposto, então # ele é um suposto político

Dada a dicotomia AC/AS e a possibilidade de tratar uniformemente os ACs como predicados extensionais unários, pareceu a muita gente que seria possível tratar da semântica dos adjetivos sincategoremáticos tomando-os como predicados intensionais de algum tipo e, diante dessa possibilidade, tentou-se fornecer um tratamento uniforme para eles, i.é., um tratamento sintático-semântico uniforme para a "sincategorematicidade" adjetival<sup>7</sup>.

Entretanto, creio que uma consideração mais detalhada da natureza de muitas ocorrências adjetivais "sincategoremáticas" revela que, na verdade, o suposto "comportamento sincategoremático" dos adjetivos não possui nenhuma fonte comum e, portanto, não expressa uma verdadeira generalização semântica. Antes, o "comportamento sincategoremático" de certas ocorrências adjetivais é uma consequência de certas propriedades lexicais, idiossincráticas e, portanto, não necessariamente gerais, dos elementos en-

7 Usarei "\*" para marcar as inferências inválidas, bem como aquelas conclusões que não seguem das premissas dadas na inferência: desse modo, (10a) por exemplo não apenas é uma sentença inaceitável devido à inaceitabilidade de uma de suas orações (a conclusão que possui a ocorrência isolada de *suposto*), como também é uma inferência inválida porque suas duas conclusões não seguem da premissa.

8 Para dar um exemplo ilustre disso, basta lembrar que a "sincategorematicidade" de alguns adjetivos foi uma das razões que levaram Montague a tratar uniformemente os adjetivos como funções que tomam uma intensão de nomes comuns como argumento e dão como valor uma outra intensão de nomes comuns. Evidentemente, isso só poderia resultar na introdução dos chamados "postulados de significado", lugar onde as "idiossincrasias lexicais" são representadas numa gramática como a de Montague. Ver Montague (1970) e Higginbotham (1985).

volidos nas construções adjetivais. É isso o que pretendo sugerir no resto deste trabalho<sup>10</sup>.

## 2. Contra o Tratamento Uniforme da Sincategorematicidade

Tomemos então os testes em (8) como um diagnóstico de uma ocorrência que é um AS -- evidentemente, o diagnóstico é o comportamento negativo do adjetivo com referência aos testes em (8). Candidatos naturais à categoria dos ASs são as ocorrências dos chamados "adjetivos avaliativos ou subjetivos", como *esperto*, *competente*, etc., usualmente tomados como exemplos da sincategorematicidade adjetival. De fato, testes como o TC e o TH confirmam esta expectativa, cf.

- (11) a. TC: # Se Fernando é um político esperto, então Fernando é um político e # é esperto  
b. TH: # Se Fernando é um político esperto e se todo o político é um administrador público, então # Fernando é um administrador público esperto.

É claro que não é possível concluir do fato de Fernando ser esperto para um político -- que é o que sugere uma das premissas de (11a,b) -- que ele seja esperto para as coisas em geral ou para qualquer outra coisa em particular -- que é o que é sugerido pelas conclusões de (11a,b), respectivamente. O comportamento de *esperto* quanto ao TC e ao TH deveria nos fazer esperar que este adjetivo também se comportasse como um AS quanto ao TT, se houvesse alguma generalização por trás destes três testes. Entretanto, (13) nos mostra que *esperto* se comporta como um AC quanto ao TT:

- (13) Se Fernando é um político e é esperto, então ele é um político esperto.

Há pelo menos uma interpretação em que (13) é válida -- aquela em que *esperto*, na premissa, é interpretado "genericamente": ora, se Fernando é esperto para as coisas em geral, então ele também é esperto para um político.

A validade de (13) evidentemente põe em risco a possível generalização subjacente aos testes em (8). Mais que isso, põe em risco a idéia de que a sincategorematicidade dos adjetivos possa ser tratada uniformemente, já que o padrão de comportamento de *esperto* com relação a (8) difere do de *suposto*: *suposto* é um AS nos três testes, mas *esperto* somente no TC e no TH.

Esta ausência de uniformidade de comportamento dos ASs se torna ainda mais notável quando consideramos um terceiro adjetivo com "proprie-

10 Esta conclusão foi, que eu saiba, pela primeira vez sustentada no trabalho de Higginbotham (1985), ao qual eu devo o ponto de vista geral e alguns detalhes dos meus argumentos.

dades sincategoremáticas", o caso de gentílicos como *francês* em contextos como o em

(14) Fritz é um soldado francês.

Como Borges notou, *francês* em (14) é ambíguo: ele possui uma interpretação segundo a qual ele poderia ser parafraseado por algo como *do exército francês*, p.ex., e outra segundo a qual poderia ser parafraseado por algo como *nascido na França*. Mas mais interessante que isso é o fato de que estas duas interpretações de *francês* possuem diferentes comportamentos inferenciais: na segunda interpretação, *francês* comporta-se como um AC, cf.

(15) a. TC: Se Fritz é um soldado francês (= nascido na França), então ele é um soldado e é francês (= nascido na França).

b. TH: Se Fritz é um soldado francês (= nascido na França) e se todo o soldado é um militar, então Fritz é um militar francês (= nascido na França).

c. TT: Se Fritz é um soldado e é francês (= nascido na França), então ele é um soldado francês (= nascido na França).

entretanto, se *francês* é interpretado como algo semelhante a *do exército francês*, ele adquire "propriedades sincategoremáticas", pelo menos no que se refere ao TC e ao TH, cf.

(16) a. TC: # Se Fritz é um soldado francês (= do exército francês), então ele é um soldado e # é francês (= nascido na França, ≠ do exército francês).

b. TT: # Se Fritz é um soldado e é francês (= nascido na França, ≠ do exército francês), então # ele é um soldado francês (= do exército francês).

É evidente que a razão fundamental para a não-validade de (16a,b) (bem como para a validade de (15a,c) reside na impossibilidade da ocorrência predicativa de *francês* nestas sentenças ser interpretada como *do exército francês*. Essa intuição se confirma quando percebemos que *francês*, neste sentido, apresenta "propriedades categoremáticas" quanto ao TH, teste em que ele não ocorre como predicativo, cf.

(17) TH: Se Fritz é um soldado francês (= do exército francês) e se todo o soldado é um militar, então Fritz é um militar francês (= do exército francês).

De novo, isso não seria de se esperar se houvesse alguma generalização por trás dos três testes. Pior do que isso, o comportamento de *francês*, parece-me, pôe por terra qualquer generalização acerca da "sincategorematicidade adjetival" baseada em testes como os em (8), já que *francês* apresenta um terceiro padrão de comportamento quanto aos testes em (8): ele difere de *suposto* quanto ao TH, e de *esperto* quanto ao TT e ao TH. Podemos resumir os três comportamentos por meio da seguinte tabela, onde "+" significa que o adjetivo se comporta como um AC, e "-" que ele se comporta como um AS:

(18)	TC	TH	TT
a. <i>suposto</i>	-	-	-
b. <i>esperto</i>	-	-	+
c. <i>francês</i>	-	+	-

Creio que estas e outras considerações mostram que os efeitos de uma suposta distinção AC/AS verificados por "testes" como os em (8) são na verdade conseqüências superficiais de propriedades sintático-semânticas particulares a cada adjetivo que não podem ser verificadas pela simples inspeção de suas ocorrências em tais tipos de esquemas. Para estabelecer definitivamente este ponto, note que: (i) mesmo o TC, em que aparentemente todos os adjetivos aqui investigados até agora teriam o mesmo comportamento, também expressa uma falsa generalização, já que, enquanto *esperto* e *francês* dão origem a sentenças bem-formadas, apesar de logicamente inválidas, *suposto* torna a sentença inaceitável (a mesma observação vale para a possível relação entre *francês* e *suposto* quanto ao TT); (ii) apesar de o TT atestar o caráter "categoremático" da ocorrência relevante de *esperto* em (13), e de o TH atestar o mesmo da ocorrência relevante de *francês* em (17), em ambos os casos tais ocorrências, em si, continuam sendo "sincategoremáticas", como (11a) e (16a), respectivamente, atestam.

Na próxima seção, eu mostrarei, de novo, que não há nenhuma generalização subjacente aos testes em (8) e nem a uma noção de "categorematicidade/sincategorematicidade" baseada neles, agora de um ponto de vista mais positivo: eu procurarei sugerir fontes plausíveis para o comportamento dos adjetivos *suposto*, *esperto* e *francês* com relação aos testes em (8).

### 3. Algumas Propriedades de *Suposto*, *Esperto* e *Francês*

Começemos por *suposto*. Como vimos na seção anterior, *suposto* não apenas se comporta como um AS com relação aos testes em (8) (cf. 18), como apresenta uma outra particularidade: ele também torna agramaticais as sentenças em que ocorre como um predicativo isolado (cf. (4)-(7), (10)). Então, qualquer explicação para o seu "comportamento sincategoremático" com relação a (8) deve fazer referência a esta última propriedade, sintática, na última análise.

*Suposto* é um adjetivo derivado do verbo *supor*, na verdade, possui a forma do particípio passivo de *supor*. Como tem sido enfatizado nos últimos anos, este tipo de derivação lexical pode ser adequadamente visto como a

seguinte operação sobre a estrutura de argumentos do verbo<sup>10</sup>: (i) eliminação do papel semântico associado à função sintática de sujeito do verbo; (ii) associação a esta função sintática do papel semântico originalmente associado à função sintática de objeto. Todas as demais propriedades da estrutura de argumentos do verbo permanecem intocadas.

Agora, consideremos rapidamente algumas propriedades de *supor*. Em (19) abaixo, vê-se que *supor* possui dois tipos de estrutura argumental (ou, em termos mais tradicionais, duas regências): uma em que, além do indivíduo que *supõe*, ele toma simplesmente alguma proposição como o objeto *suposto*, cf. (19a); outra em que *supor* toma como argumentos o indivíduo que *supõe*, a entidade sobre a qual se *supõe* algo e, finalmente, aquilo que se *supõe* dessa entidade, cf. (19b)<sup>11</sup>:

- (19) a. João *supõe* que Fernando seja um estadista.  
b. João *supõe* de Fernando que ele seja um estadista.

Representemos, então, as estruturas de argumentos de *supor* em (19a) e (19b) como (20a) e (20b), respectivamente<sup>12</sup>:

- (20) a. *supor* (x,y), x = experienciador e y = proposição  
b. *supor* (x,y,z), x = experienciador, y = tema e z = proposição

(20a) significa "x *supõe* y" e (20b) x *supõe* de y que z". Agora, a operação de derivação de participios passivos às estruturas de argumento de *supor* em (20) resume-se a eliminar o papel semântico de experienciador e a posição sintática de objeto direto, do que resultam as seguintes estruturas de argumentos para o participio *suposto*:

- (21) a. *suposto* (x), x = proposição  
b. *suposto* (x,y), x = tema e y = proposição

(21a) significa algo como "x é *suposto*" e (21b) x é *suposto* ser y". Sentenças com os participios passivos como núcleo do predicado podem ser exemplificadas por (22a,b), respectivamente<sup>13</sup>:

- (22) a. Que Fernando fosse um estadista foi *suposto* (por todos que votaram nele).

- b. Fernando foi *suposto* (ser) um estadista (por todos os que votaram nele).

Agora, os participios passivos em (21) podem ocorrer como modificadores nominais, i.é, em uma posição adjetival, cf. (23a,b), respectivamente:

- (23) a. A premissa *suposta* (pelos que queriam provar o teorema) levou a uma conclusão contraditória.  
b. A Globo *promove* um *suposto* estadista.

As sentenças em (23) poderiam ter suas condições de verdade representadas por "formas lógicas" como as em (24a,b), em que fica claro que os dois participios derivados de *supor* constituem predicados diferentes:

- (24) a. Ex [conclusão(x) & contraditória(x)]:  
[levou (Oy [premissa(y) & suposto(y)], x)]  
b. Ex [suposto(x, estadista (x))]: [promove (Globo,x)]

(24a) pode ser lida como "Existe uma proposição que é uma conclusão e é contraditória e esta proposição é tal que a proposição que é uma premissa e foi *suposta* levou a ela"; (24b) como "Existe um indivíduo que foi *suposto* ser um estadista (= é um *suposto* estadista) e este indivíduo é tal que a Globo o *promove*". Note que, por esta análise, o argumento y do predicado em (21b) é satisfeito pelo nome comum *estadista* em (23b), i.é, nomes comuns podem ser interpretados como proposições como "x é um N".

Agora, deve estar claro que a ocorrência de *suposto* tomada como AS em (10) é uma ocorrência do participio passado em (21b), já que este é o único dos dois participios que é um predicado de indivíduos (ou melhor, uma relação de indivíduos e proposições). E a razão por que tal predicado torna uma sentença agramatical quando ocorre isolado sintaticamente como núcleo do predicado nominal é imediata: nesse caso, o predicado não possui um constituinte adequado para saturar seu argumento y e, portanto, não pode ser apropriadamente interpretado. Eis a razão por que (4a) (b) e (10a,c) são sintática e semanticamente mal-formadas.

A questão final quanto a *suposto* é: por que ele "se comporta como um AS" em (10b)? (10b) tem a seguinte "forma lógica":

- (25) Se [[*suposto* (Paulo, estadista (Paulo)) & para todo x {se estadista (x), então presidente (x)}], então *suposto* (Paulo, presidente (Paulo))

Se *suposto* em (21b) tomasse como argumento a extensão de uma sentença, i.é, seu valor-de-verdade, a inferência em (25) deveria ser válida pela Lei de Leibniz, já que o silogismo em (26) é válido:

- (26) Se [estadista (Paulo) & para todo x {se estadista (x), então presidente (x)}], então presidente (Paulo)

Entretanto, *suposto* toma uma proposição, i.é, a intensão de uma sentença, como argumento, como se pode ver pelo fato de que a verdade de (27) não depende da verdade de S<sub>1</sub>, i.é, *supor* é um dos verbos que introduz um "contexto intensional":

- (27) João *supõe* de Fernando que [S<sub>1</sub> ele seja um estadista]

Em suma, (25) não é válida porque, "Paulo é um estadista" e "Paulo é um presidente" não expressam a mesma proposição, ainda que pudessem, em algum mundo possível, expressar o mesmo valor-de-verdade.

10 Ver Levin & Rappaport (1986); por "estrutura de argumentos" eu entendo aquela representação lexical de um determinado item em que se especifica o número de argumentos que toma e a forma como estes argumentos são expressos sintaticamente, cf. Levin & Rappaport (1988). Ver nota 11 adiante.

11 É evidente que existe uma relação qualquer entre as duas "estruturas de argumento", mas ignorarei esta questão.

12 As estruturas de argumentos em (20) são, no essencial, equivalentes às "redes temáticas" de Higginbotham (1985). As informações que elas explicitam são as seguintes: (i) o número de argumentos do predicado; (ii) a posição sintática dos argumentos (p.ex., x é sempre o sujeito do predicado; y é sempre o objeto direto, etc.); (iii) o papel semântico ou "temático" que o predicado atribui ao argumento, quando atribui um papel semântico; se não, o tipo de argumento que satisfaz o predicado.

13 Duas observações quanto às sentenças em (23): (i) sua aceitabilidade é marginal (especialmente a de (23b)), o que mostra que *supor* impõe algum tipo de limitação à apassivação (limitação, aliás, que não ocorre no inglês, em que as sentenças correlatas são perfeitamente aceitáveis, cf. *Bush was supposed to be a good president*); (ii) seria necessário fornecer um modo de integrar o PP agentivo (começado por *por*) à sintaxe e à semântica da passiva, problema que deixo em aberto (ver Levin & Rappaport (1986)).

Consideremos agora o caso de *esperto*. *Esperto* pertence àquele tipo de adjetivos cuja atribuição que faz de uma certa propriedade a indivíduos pode ser "relativizada" de diferentes modos. Uma sentença como (28a) pode ser parafraseada como (28b,c,d), e todas estas paráfrases apresentam diferentes "relativizações":

- (28) a. Fernando é um político esperto.
- b. Fernando é um político e é esperto como político.
- c. Fernando é um político e é esperto enquanto político.
- d. Fernando é um político e é esperto para um político.

Embora seja difícil distinguir exatamente qual a diferença de significado entre (28b) e (28c), pode-se dizer que em (28d) se afirma que Fernando é esperto em comparação com os indivíduos da classe dos políticos. Que existe uma diferença entre os três tipos de relação, inclusive entre (28b) e (28c), se pode ver pelo fato de que são independentes entre si no sentido de que podem co-ocorrer na mesma sentença sem torná-la "esquisita".

- (29) a. Fernando é esperto enquanto político como político.
- b. Fernando é esperto enquanto político para um político.
- c. Fernando é esperto como político para um político.

Entretanto, tanto quanto as minhas intuições permitem perceber, *esperto* em (28a) pode tomar *político* para expressar uma e somente uma das relativizações possíveis, i.é., (28a) pode ser parafraseada por (28b,c,d), mas não por (30a,b,c):

- (30) a. Fernando é um político e é esperto como político enquanto político.
- b. Fernando é um político e é esperto enquanto político para um político.
- d. Fernando é um político e é esperto como político para um político.

Em face desta propriedade de *esperto* e também das complicações envolvidas em (28b,c), eu vou me deter exclusivamente no caso em que *esperto* é interpretado como em (28d). Assim, poderíamos tomar *esperto* como denotando o predicado em (31)<sup>15</sup>:

(31) *esperto* (x,y), x = tema, y = classe de comparação

(31) representa o predicado "x é esperto para y" em que x é saturado por indivíduos e y por "classes de comparação" que se apliquem a x. Desse modo, podemos representar as condições de verdade de (28a) interpretada como (28d) (bem como da própria (28d), evidentemente), pela "forma lógica" em (32):

(32) político (Fernando) & esperto (Fernando, políticos)

Antes de tentar explicar o comportamento de *esperto* quanto aos testes em (8), consideremos, à luz de (31)-(32), como poderíamos representar uma "predicação absoluta" de *esperto*, i.é., aqueles casos em que ele "ocorre isola-

damente" como o núcleo do predicado e possui uma "interpretação genérica", como em (33). Intuitivamente, (33) pode ser parafraseada por (34):

(34) Fernando é esperto.

(35) Fernando é esperto para quaisquer (classes de) indivíduos com os/as quais ele possa ser comparado.

Uma maneira adequada de captar (35) e, portanto, (34) nos termos de (31)-(32) é fornecer-lhes uma "forma lógica" como (36), em que o predicado "uma-classe-de-comparação-para (x,y)" significa "x é uma classe de comparação para y":

(36) Para todo x, se uma-classe-de-comparação-para (x, Fernando), então esperto (Fernando,x)

Admitindo que algo como o que apresentei acima possa ser sustentado, teríamos as seguintes representações para as inferências em (12a,b) e (13):

- (37) a. # Se político (Fernando) & esperto (Fernando, políticos) ,  
então político (Fernando) &  
# Para todo x, se uma-classe-de-comparação-para (x, Fernando), então esperto (Fernando, x)
- b. # Se político (Fernando) & esperto (Fernando, políticos) &  
Para todo x, se político (x),  
então administrador público (x) ,  
então administrador público (Fernando) &  
# esperto (Fernando, administradores públicos)
- c. Se político (Fernando) &  
Para todo x,  
se uma-classe-de-comparação-para (x, Fernando),  
então esperto (Fernando, x) ,  
então político (Fernando) &  
esperto (Fernando, políticos)

Agora é possível ver por que *esperto* "se comporta como um AS" com relação ao TC e ao TH, i.é., por que (37a,b) são inválidas: (37a) é inválida porque infere de um caso particular (do fato de Fernando ser esperto em comparação com os políticos) uma generalização universal (a asserção de que ele seria esperto em comparação com quaisquer classes de indivíduos com as quais pudesse ser comparado); (37b) é inválida porque infere que o que vale para uma classe de indivíduos (o fato de que Fernando é esperto em comparação com os indivíduos da classe dos políticos) vale para uma outra classe que contém a primeira (a dos administradores públicos), o que é falso já que, embora (por hipótese) todos os políticos sejam administradores públicos, o inverso não vale. Finalmente, é possível ver por que *esperto* "se comporta como um AC" com relação ao TT, i.é., por que (37c) é válida: ela é uma dedução de um caso particular (o fato de que Fernando é esperto em comparação com os políticos) a partir de uma generalização universal (o fato de

15. Existem razões para acreditar tais "relativizações" funcionam como "argumentos" do adjetivo: a principal delas é que os vestígios dos constituintes correspondentes se comportam como vestígios de argumentos com relação ao Princípio das Categorias Vazias: ver minha dissertação de mestrado, Para uma discussão mais detida das "classes de comparação", ver Klein (1980) e Ludlow (1989).

que Fernando é esperto em comparação com os indivíduos de todas as classes às quais pode ser comparado).<sup>15</sup>

Agora que temos uma idéia aproximada das razões pelas quais *suposto* e *esperto* se comportam como se comportam em relação aos "testes de sintagrematicidade" em (8), podemos compará-las a fim de ver se encontramos alguma generalização. Em resumo, vimos que *suposto* se comporta como se comporta, porque (na interpretação relevante) denota uma relação entre indivíduos e proposições; *esperto*, porque denota uma relação entre indivíduos e classes de comparação. Ora, isso sugere que a generalização adequada pode ser a de que ASs são sempre ocorrências adjetivais que denotam algum predicado relacional. Como procurarei mostrar, adjetivos como *francês* eliminam a possibilidade desta generalização.

Como vimos na seção 2, adjetivos como *francês*, em contextos como (14), abaixo repetido como (38), possuem duas interpretações possíveis, uma em que poderia ser parafraseado por *do exército francês*, ou algo semelhante a isso, e outra em que poderia ser parafraseado por *nascido na França*, ou algo semelhante a isso:

(38) Fritz é um soldado francês

A questão é: esta ambigüidade é inerente a *francês*, ou depende, de algum modo, do "contexto" em que se encontra? Obviamente, a melhor situação seria a última, uma vez que não precisaríamos postular dois "sentidos" para *francês*. Compare os diferentes significados que *francês* adquire nas sentenças em (39), que poderiam ser parafraseadas por suas correspondentes em (40):

(39) a. Fritz/Aquele soldado é francês.

b. Aquele navio é francês.

c. Esta idéia (da cidadania) é francesa.

d. Aquela tropa/aquele exército é francês.

(40) a. Fritz/aquele soldado nasceu/veio da França.

b. Aquele navio foi fabricado na França/é de bandeira francesa.

c. Esta idéia (da cidadania) é originária da França.

d. Aquela tropa/aquele exército pertence à França.

Como se vê pelas paráfrases em (40), *francês* expressa um predicado bastante geral, que poderia ser (41a), que significa algo como "x está relacionado à França", em que o tipo de relação é determinado pela natureza da entidade que satisfaz x: indivíduos nascem na França, objetos são fabricados na França, etc. Agora, suponha que este é o único significado possível de *francês*; é fácil ver que a interpretação de (38) em que *francês* pode ser parafraseado por *nascido na França* pode ser adequadamente captada pela "forma lógica" em (41b), que é logicamente equivalente a (41c):

(41) a. francês (x), x = entidade

b. Ex soldado (x) & francês (x) : Fritz = x<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Note que aqui há uma premissa implícita: deve se admitir que a classe dos políticos seja uma classe de comparação possível para Fernando, o que parece derivar do fato de Fernando ser um político; afinal, se ele é um político, ele possui as propriedades necessárias para ser comparado com outros políticos!

<sup>16</sup> Estou assumindo uma "interpretação montagueana" para ser, cf. o PTO.

c. soldado (Fritz) & francês (Fritz)

(41b) significa algo como "existe um indivíduo que é soldado e é francês e este indivíduo é tal que Fritz é ele": nesta interpretação, *francês* denota um predicado de indivíduos e, portanto, é mais adequadamente parafraseado como em (40a). Note que, nesta interpretação, a ocorrência de *francês* em (38) é sempre um AC quanto aos testes em (8), já que neste caso as inferências em (16)-(17) receberiam as seguintes "formas lógicas":

(42) a. TC: Se [soldado (Fritz) & francês (Fritz)] ,  
então soldado (Fritz) & francês (Fritz)

b. TH: Se [ soldado (Fritz) & francês (Fritz) &  
Para todo x, se soldado (x), então militar (x)],  
então militar (Fritz) & francês (Fritz)

c. TT: Se soldado (Fritz) & francês (Fritz),  
então [ soldado (Fritz) & francês (Fritz)]

Ora, todas as inferências em (42) são válidas: elas exemplificam algumas das leis mais triviais do cálculo de primeira ordem.

Agora, como capturar a interpretação de (38) em que *francês* poderia ser parafraseado por *do exército francês*? Creio que esta paráfrase sugere a resposta adequada. Considere intuitivamente o significado de *soldado*: creio que todos os falantes do português concordariam com a analiticidade de

(43) Se x é um soldado, então x é um soldado de alguma tropa/exército/etc.

A fim de capturar a intuição que está por trás de (43), suponha que *soldado* denote o predicado em (44):

(44) soldado (x,y), x = indivíduo, y = tropa

(44) significa algo como "x (é um indivíduo tal que) é um soldado da tropa y". Assim, (38), na interpretação em que *francês* poderia ser parafraseado por *do exército francês*, recebe a "forma lógica" em (45a), logicamente equivalente a (45b):

(45) a. Ex Ey [ soldado (x,y) & francês (y)] [ Fernando = x]

b. Ey [ soldado (francês, y) & francês (y)]

(45b) significa algo como "existe uma tropa tal que Fritz é um soldado desta tropa e ela pertence à França", certamente uma paráfrase adequada de (38). Note que *francês*, tanto em (41) quanto em (45), denota sempre o mesmo predicado "x está relacionado com a França": a única diferença se deve ao fato de que em (41) este predicado se aplica a um indivíduo, Fritz, e em (45) a uma tropa, aquela da qual Fritz é um soldado.

Em suma, a ambigüidade de *francês* em (38) se deve ao fato de que ele pode ser um predicado de qualquer um dos dois argumentos do predicado denotado por *soldado*. De fato, essa análise explica por que *soldado* pode ser acompanhado de dois adjetivos gentílicos sem que isso resulte em uma contradição,<sup>17</sup> cf.

(46) Fritz é um soldado francês alemão.

<sup>17</sup> Tomo "tropa" como uma variável para todo o tipo de coisa em que um soldado poderia prestar serviços: tropas, exércitos, marinhas, batalhões, etc.

<sup>18</sup> Conforme observou Borges (1991).ote

(46) é interpretada como "Fritz é um soldado do exército francês nascido na Alemanha", interpretação que resulta da seguinte "forma lógica":

(47) Ey soldado (Fritz, y) & francês (y) & alemão (Fritz)

Agora, vejamos como essa análise explica o comportamento de *francês* com relação aos testes em (8). O fundamental é que, em sua "interpretação sincategoremática", *francês* é um predicado do argumento do predicado em (44). Seguindo então o raciocínio até aqui esboçado, as inferências em (16)-(17) receberiam as seguintes "formas lógicas":

(48) a. TC: # Se Ey [soldado (Fritz, u) & francês (y)] ,  
então Ey soldado (Fritz, y) &  
# francês (Fritz)

b. TH: Se [ Ey [ soldado (Fritz, y) & francês (y) ] &  
Para todo x e para todo y  
[ se soldado (x,y), então militar (x,y) ] ] ,  
então Ey militar (Fritz, y) & francês (y)

c. TT: # Se Ey soldado (Fritz, y) & francês (Fritz),  
então Ey [ soldado (Fritz, y) & # francês (y) ]

(48a) é inválida porque infere que Fritz é francês do fato de ele ser um soldado de uma tropa francesa, o que certamente não é necessário (pense na Legião Estrangeira!); (48c) é inválida por fazer a inferência inversa: deduzir do fato de Fritz ser francês o fato de ele ser um soldado de uma tropa francesa, o que supõe que todos os franceses sejam soldados e, além disso, que todos sejam soldados de uma tropa francesa, ambas suposições absurdas. Agora, considere (48b): aqui, infere-se do fato de Fritz ser um soldado de uma tropa francesa o fato de que ele também é um militar de uma tropa francesa; esta inferência faz a suposição de que todo o soldado de uma tropa é também um militar de uma tropa (a mesma), suposição que me parece válida se tomarmos as situações mais corriqueiras envolvendo soldados, militares e tropas.

Em suma, tratando adjetivos como *francês* como denotando predicados como o em (41a), e *soldado* como denotando o predicado em (44), existe a possibilidade de expressar não apenas várias intuições semânticas associadas a estas palavras, como, fundamentalmente, o padrão de comportamento de *francês* com relação aos testes em (8).

Agora, compare tal explicação com a fornecida para o comportamento de *suposto* e *esperto*: os três adjetivos possuem padrões diferentes de comportamento com relação a (8) porque possuem propriedades sintático-semânticas diferentes, particulares, i.é, possuem estruturas de argumentos diferentes. Mas isso não é tudo: a análise de *francês* mostra que nem mesmo a generalização de que "ASs são os adjetivos relacionais" é verdadeira -- *francês* denota um predicado unário que, de fato, apresenta todas as propriedades dos adjetivos categoremáticos, quando representam mais detidamente as "Hs" envolvidas, apesar dos testes em (8). De fato, isso tudo mostra que a distinção entre ACs e ASs, se tiver de ser mantida, não pode ser baseada em esquemas inferenciais tão superficiais quanto os "testes" em (8).

## Conclusão

Para resumir rapidamente o argumento das seções 2 e 3: na seção 2, eu mostrei que *suposto*, *esperto* e *francês* não se comportavam uniformemente com relação a alguns dos "testes de sincategorematicidade" mais usuais, o que aponta para o fato de que tais testes não expressam nenhuma generalização sobre a semântica destes adjetivos; na seção 3, eu mostrei que uma observação mais detida das propriedades sintático-semânticas idiossincráticas destes adjetivos pode apontar um caminho capaz de explicar seu comportamento semântico, também idiossincrático, com relação aos "testes de sincategorematicidade". Embora eu não tenha oferecido uma teoria formalizada, a análise informal da seção 3 fez recurso a um instrumento fundamental -- a estrutura de argumentos dos adjetivos, em que o número, o tipo e a forma sintática de expressão de cada argumento é representada (Ver nota 1). Como vimos, a estrutura de argumentos de *suposto*, *esperto* e *francês* são diferentes, o que sugere que uma teoria adequada da semântica destes adjetivos, e portanto da hipotética distinção entre ACs e ASs -- se esta puder ser mantida --, deve ser uma teoria adequada da estrutura de argumentos dos adjetivos.

## Referências

- Borges Neto, José (1991) *Adjetivos: Predicados Extensionais e Predicados Intensionais*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Higginbotham, James (1985) "On Semantics". *Linguistic Inquiry* 16: 547-593.
- Klein, Ewan (1980) "A Semantics for Positive & Comparative Adjectives". *Linguistics and Philosophy*.
- Levin, Beth e Rappaport, Malka (1986) "The Formation of Adjectival Passives". *Linguistic Inquiry* 17: 623-661.
- Levin, Beth e Rappaport, Malka (1988) "What to Do with Theta-Roles". Em: Wilkins, Wendy, ed. (1988) *Thematic Relations*. New York: Academic Press (Syntax and Semantics, volume 21).
- Ludlow, Peter (1989) "Implicit Comparison Classes". *Linguistics and Philosophy* 12: 519-533.
- Menuzzi, Sérgio (1992) *A Modificação Adjetival e a Representação Lexical dos Adjetivos*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, SP.